



INEXIBILIDADE Nº002/2019

CONTRATO Nº 041/2019

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE ECHAPORÃ E A EMPRESA RSC EVENTOS E PUBLICIDADE EIRELE.

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ECHAPORÃ**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Riodante Fontana, nº 10, Centro, na Cidade de Echaporã - SP, inscrita no CNPJ. sob n.º 44.470.300/0001-00, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Luís Gustavo Evangelista, e a empresa RSC EVENTOS E PUBLICIDADE EIRELE, com sede na Rua Gervasio Rodolpho Pozetti, Nº 205, Vila Oliveiro, Cidade de Adamantina/SP, inscrita no CNPJ/MF sob nº 16.825.527/0001-95, representada por ROBERTO STEFANI CORREA, RG- 21.156.388 SSP/SP, CPF- 097.688.488-71, a seguir denominada **CONTRATADA**, têm entre si ajustado o contrato que se rege pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1 - DO OBJETO - Este contrato tem por objeto a contratação de serviços musicais (show da Banda Trio Violada) para comemoração do Juninão do Município, que acontecerá no dia 15 DE JUNHO DE 2019, com início as 22:00 h, com duração do show prevista de 02:30 h.

CLÁUSULA 2 - DO REGIME DE EXECUÇÃO - O regime de execução do objeto deste contrato é o de empreitada por preço global.

CLÁUSULA 3 - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO - A contratante pagará à contratada, pela execução do objeto descrito na cláusula 1, o preço global de R\$- 16.000,00 (Dezesseis mil reais), já incluso despesas com alimentação e transporte, observadas as seguintes condições:



INEXIBILIDADE Nº002/2019

3.1- O valor contratado será pago através de cheque nominal, no dia 15 DE JUNHO DE 2019, em nome de RSC EVENTOS E PUBLICIDADE EIRELE.

3.2 - Os preços avençados nesta cláusula, nos termos da legislação vigente não serão reajustáveis.

3.3 - Quando a contratante não fizer o pagamento dentro do prazo contratual, os valores devidos serão atualizados pela variação “pro rata die” do INPC-IBGE até a data do efetivo desembolso, e acrescidos de multa de cinco por cento (5%).

CLÁUSULA 4 - DOS PRAZOS - Os prazos de vigência, de início, de entrega, de observação e de recebimento, são os seguintes:

4.1 - Este contrato vigorará a partir de 17 de Maio de 2019 a 15 DE JUNHO DE 2019, podendo ser prorrogado mediante acordo entre as partes, se permitido pela legislação e nos limites desta.

4.2 - A Contratante designará um servidor para acompanhar e fiscalizar a execução contratual, o qual deverá receber definitivamente os serviços.

CLÁUSULA 5 - DO CRÉDITO POR ONDE CORRERÁ A DESPESA.

As despesas decorrentes do contrato onerarão, neste exercício de 2019, à conta da dotação:

FR 01 – 02.08.13.392.0006.2.023000-3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE
TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA - 901

CLÁUSULA 6 - DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES - Os direitos e responsabilidades das partes são os que decorrem das cláusulas deste contrato e do regime de direito público a que esta submetida, na forma da legislação de regência.



INEXIBILIDADE Nº002/2019

CLÁUSULA 7 - DAS PENALIDADES APLICÁVEIS E DOS VALORES DE MULTAS - Em caso de mora na execução contratual ou inadimplemento, a contratante poderá aplicar as sanções previstas na Lei nº 8.666/93, com as multas dimensionadas na seguinte conformidade:

7.1 - Multas moratórias:

7.2. Multas pela inexecução parcial ou total:

7.2.1 Pela inexecução parcial do contrato a contratante poderá impor multas de até cinco por cento (5%) do valor do contrato, ressalvada a hipótese do item seguinte.

7.2.2. Pela inexecução total a multa poderá ser de até vinte por cento (20%) do valor do contrato.

CLÁUSULA 8 - DOS CASOS DE RESCISÃO Constituem casos que possibilitam a rescisão contratual todas às condutas das partes que se adequarem aos motivos tipificados no artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA 9 - DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO - A contratada reconhece os direitos da contratante em casos de rescisão administrativa, em face do regime jurídico deste contrato administrativo.

CLÁUSULA 10 - DA LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA - A execução contratual e todas as ocorrências decorrentes desta avença são regidas pelas disposições da Lei Federal nº 8.666/93. Os casos omissos, não solucionáveis por essa norma, submetem-se aos preceitos de direito público em primeiro lugar, para depois lhes aplicar a teoria geral dos contratos e as disposições do direito privado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ECHAPORÃ

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 44.470.300/0001-00

INEXIBILIDADE Nº002/2019

CLÁUSULA 11 - DO FORO - As partes estabelecem que o foro da Comarca de Assis é o competente para dirimir as questões oriundas deste ajuste.

E, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente em três (03) vias na presença de 02 (duas) testemunhas.

Echaporã, 17 de Maio de 2019.

LUIZ GUSTAVO EVANGELISTA
PREFEITO MUNICIPAL

RSC EVENTOS E PUBLICIDADE EIRELE ME
CNPJ 16.825.527/0001-95
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME:

RG N.º:

IRAXA MACHES
33.128.271-9

NOME:

RG N.º:

RAZIANO WIS KATZ
2810834-X